

LINHAS DE FUGA NA FILOSOFIA E NA CIÊNCIA: PARA ALÉM DE MARGENS E FRONTEIRAS DISCIPLINARES

Harald Sá Peixoto Pinheiro¹

Resumo

Por meio de uma perspectiva histórica das ciências e da própria filosofia, nossa contribuição segue, primeiramente, algumas pistas conceituais sugeridas por Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre o conceito de “linhas de fuga”. À semelhança da criação de conceitos trataremos diferentes momentos da filosofia e da ciência sob a ótica de nomadismo como forma de novas composições do pensamento. Nesse debate eclodem vetores de entropia e transversalidade pensados aqui como modos de desterritorialização dos saberes disciplinares. A interdisciplinaridade nos coloca diante de forças intempestivas de criação e nomadismo. Tomando alguns exemplos da história do pensamento ocidental, a discussão proposta atravessa os espaços que oscilam entre conhecimentos oficiais e saberes marginais, bem como a crítica aos argumentos de autoridade e produção de monopólios ainda no crepúsculo da filosofia moderna. O texto chega a seu ápice com a “virada epistemológica”, nos estudos da física quântica e o cenário que a interdisciplinaridade ocupa na dialogia entre as ciências naturais e as ciências sociais.

Palavras-chave: Linhas de fuga; nomadismo; insularidade disciplinar; interdisciplinaridade

Abstract

Through a historical perspective of science and philosophy itself, our contribution first follows some conceptual clues suggested by Gilles Deleuze and Félix Guattari about the concept of “lines of scape”. Like the creation of concepts, we will deal with different moments of philosophy and science from the perspective of nomadism as a form of new compositions of thought. In this debate vectors of entropy and transversality emerge thought of as ways of deterritorializing disciplinary knowledge. Interdisciplinarity puts us in front of untimely forces of creation and nomadism. Taking some examples from the history of Western thought, the proposed discussion crosses the spaces that oscillate between official knowledge and marginal knowledge, as well as the criticism of the arguments of authority and production of monopolies even in the twilight of modern philosophy. The text reaches its apex with the “epistemological turn”, in the studies of quantum physics and the scenario that interdisciplinarity occupies in the dialogue between the natural sciences and the social sciences.

Keywords: Lines of escape; nomadism; disciplinary insularity; interdisciplinarity.

¹ O autor é filósofo e Professor de Filosofia e Educação, da Faculdade de Educação da UFAM. É doutor em Ciências Sociais (Antropologia), pela PUC de São Paulo. E-mail: haraldsa@hotmail.com

Considerações iniciais

Estrangeiro: Distinto amigo, esmerar-se em separar tudo de tudo é algo não somente discordante, como também é prova de desconhecimento das Musas e da Filosofia.

Teeteto: Por quê?

Estrangeiro: É a mais radical maneira de aniquilar toda argumentação, esta de separar cada coisa de todas as outras, pois a razão nos vem da ligação mútua entre as figuras.

Platão, O Sofista, 259e.

Nosso texto pretende contribuir com algumas perspectivas dissonantes por meio das diferentes formas como os conhecimentos podem ser investigados, em espaços de cooperação ou rivalidade, sejam eles retroalimentados por uma ambiência amistosa ou hostil. Essa dupla disposição já constituída em nossa imaginação social desde muito cedo revela um impulso originalmente metafórico ao desconhecido, lançando-nos em direção a ilhas desertas ou mesmo nos colocando em rota continental. Esse duplo impulso exercita e aguça, indistintamente, novos *insights*, sejam por meio da solidariedade ou do antagonismo cognitivo. Em ambos a invenção e a criatividade acontecem, na forma da disciplinaridade ou mesmo na interrelação de reciprocidade entre as disciplinas, o que se convencionou chamar de interdisciplinar.

Conhecimentos por vezes pensados como conjuntivos ou disjuntivos, interligados ou fragmentados, que ensaiam uma dinâmica concernente à natureza de um nomadismo pela qual a filosofia e a ciência sempre produziram, elaborando diferentes funções sociais, no exercício de sua longa tradição na história do pensamento ocidental.

Nessa abordagem trataremos da mediação sistemática com outros horizontes de interpretação que dialogam com um conjunto de disciplinaridades e por vezes a atravessam estrategicamente para além de seus limites. Referimo-nos aqui ao plano das configurações transversais, interdisciplinares ou mesmo transdisciplinares em que a filosofia e as ciências, mais recentemente, têm recorrido com mais frequência para criar novas sínteses e novas rotas de heterogeneidade para um saber mais compartilhado. Aquilo que atravessa a disciplina em rotas de coalisão ou linhas de fuga permite também que esses novos componentes adquiridos transformem o horizonte disciplinar. À semelhança dos conceitos que se esvanecem e se esgarçam, as disciplinas, quando submetidas à crítica, adquirem novos tecidos, uma nova epiderme territorial é interligada.

Tomamos por empréstimo o conceito de “linhas de fuga” do vocabulário deleuziano, no sentido de assumir como aspecto propositivo eventuais vetores de entropia e caos, pensados aqui como modos de desterritorialização e desorganização necessários à criação de fugas conceituais e novos estilos de pensamento. Fugir aqui adquire o sentido de traçar novas linhas.

São vetores indispensáveis à criação. Expandimos intencionalmente esses territórios conceituais de que tratam Deleuze e Guattari (1992) para o aspecto que nos cabe discorrer acerca da interdisciplinaridade e outras modalidades de desterritorialização disciplinar. Assim como “um filósofo não para de remanejar seus conceitos” (1992, p.34), na mesma perspectiva não cessa de investir em novas territorialidades, à semelhança de andarilhos e forasteiros em busca de ilhas desertas e planícies. Em todos esses casos observamos fluxos de devir que se insurgem no percurso do pensamento criativo e que se lançam para além da ortodoxia disciplinar, por meio de um enfrentamento estratégico, que sinaliza a configuração de uma natureza “endo-consistente” na criação dos conceitos, como tarefa essencial da filosofia.

Primar pela consistência interna do conceito, no entanto, nada tem a ver com a filosofia aprisionar-se nela mesma, atuando somente em setores ou espaços endogâmicos e incestuosos de sua jurisdição epistêmica. Pelo contrário, na maioria das vezes a filosofia se lança em rotas de fuga e regeneração, mobilizadoras de um saber exogâmico, constituída por meio de zonas de circunvizinhança, que dilatam a jurisdição disciplinar para além do que é familiar e rompe a obviedade das coisas em sucessivos diálogos transversais e interdisciplinares.

Outros movimentos mais ousados de linha de fuga buscam abraçar horizontes mais plurais como os transdisciplinares, compreendidos aqui em perspectiva deleuziana, como percepção dos possíveis, enquanto graus de desterritorialização que disciplinas podem suportar. Aqui, fuga é antes de mais nada dilatação de horizontes conceituais em que cada disciplina consegue acolher e aclimatar em um platô de trocas e experiências.

Veremos por meio de alguns autores da filosofia que a interdisciplinaridade aparece, inicialmente, no cenário epistemológico como uma grande panaceia. Em pouco tempo filósofos e educadores escrutinaram seus alicerces filosóficos e científicos, propondo seus exercícios dentro e fora das instituições de ensino, superando nossas estreitezas e miopias. A busca por uma condição mais exogâmica do conhecimento tem se justificado em abundância à medida que também atrofiamos nossas relações cognitivas apenas com sujeitos sociais aclimatados à nossa lógica de compreender a realidade e em nossos horizontes de circunvizinhança hiper compartimentalizada.

1. Nomadismo e Universalidade

Desde sua origem a filosofia nasceu desafiada a se lançar sempre à margem de domínios tomados até então como incontestáveis e autossuficientes. Na perspectiva da história ocidental, sua origem grega já carregava – nas antigas colônias do mar jônico e do mar egeu – o registro de uma territorialidade marcada pela confluência de saberes e sistemas de crenças, mediado

também pelo intenso pluralismo de culturas, da circularidade de povos, de línguas, da diversidade de ideias, do politeísmo de valores, de diferentes regimes de verdade que se desvelavam *pari passu* à intensa navegabilidade mercantil que interligava o mundo ocidental e oriental, entre o território helênico e Ásia Menor. No entanto, para além da natureza exclusivamente histórica e geográfica, outros elementos incidem com maior frequência ao nomadismo da filosofia e da qual pretendemos dar maior destaque, alargando esses horizontes geopolíticos e gnosiológicos para longe dos limites do universo helênico que lhe deu origem.

É preciso relativizar algumas experiências coletivas ou individuais que possam propor, sem maiores reflexões preliminares, qualquer interpretação apressada acerca da origem e das transformações dos conhecimentos, em especial àquelas em que se atribuiu o peso de uma atmosfera inexplicável da origem, quase hierofânica, marcada por um mistério metafísico, por vezes fruto de descoberta solipsista ou mesmo emoldurada por um purismo autóctone, sem que houvesse nenhuma troca, intercambialidade, fricção cultural, influência externa ou *imprinting* cultural². No entanto, no plano da dinâmica da cultura e da “ecologia da ação” essas trocas ocorreram em meio aos fluxos marginais, ainda que em espaços caracterizados como impróprios para produção do conhecimento. A esse aspecto nos faz observar o historiador inglês Peter Burke (2003, p.11): “O que costumávamos pensar como tendo sido descoberto é hoje descrito muitas vezes com *inventado* ou *construído*”.

Não foram poucos os processos de saberes locais ou saberes desviantes subjugados ao longo do tempo que ocorreram na contramão dos saberes oficiais, quase sempre compreendidos pelo critério da verticalidade e hierarquização.

Durante muito tempo alguns historiadores da cultura se envaideceram pela narrativa do “milagre grego”, da qual sozinhos os helênicos inventaram a democracia, a filosofia, a pedagogia, a política e o próprio sentido de Homem, desconsiderando os processos de troca, tensões e interculturalidades que ocorreram – por vezes – imperceptivelmente em inúmeras experiências com povos do oriente próximo, em sucessivas expedições científicas, rotas de navegação, conflitos étnicos e expansão comercial. Felizmente estudiosos como John Burnet (1994) contestaram essa imagem equivocada da filosofia grega. Certamente os gregos foram únicos e inventivos em suas realizações, mas é inegável o viés preconceituoso ou mesmo parcial

² Termo utilizado por Edgar Morin para pensar a ecologia da ação e seus efeitos inesperados, quase sempre processos que escapam o controle ou manipulação de apenas um único ator social. Do imprinting decorrem brechas, fissuras e importantes transformações e pluralidade de interações, na maioria das vezes contrário ao esperado. Originalmente o conceito de imprinting foi cunhado pelo cientista austríaco Conrad Lenz (1903-1989), também correlacionado aos estudos da genética e psicologia do desenvolvimento. (Ver Edgar Morin. O método 5: A humanidade da humanidade. Tradução de Juremir Machado. Porto Alegre: Sulina, 2005).

de alguns estudiosos do passado no esforço de apagar os rastros de cooperação de tantos outros povos e culturas, pretendendo decretar senão suas invisibilidades, decerto sua acentuada menoridade no plano do conhecimento.

Ainda em decorrência das narrativas de origem da filosofia, outros fatores inerentes a sua natureza também contribuíram para sua universalidade e inegável consolidação como pensamento crítico e criativo. Em especial àqueles que garantem certa unidade e consistência política, ontológica e epistêmica, possibilitando sua reinvenção no espírito do tempo, por meio de sucessivas tensões, suturas e diásporas, quase sempre mediadas pelo enfrentamento de saberes fragmentados, por vezes hostis, por vezes amistosos, que só fizeram ainda mais alimentar o desejo de amplificar seu campo de investigação. De todos os saberes, certamente o conhecimento filosófico – bem antes da consolidação das ciências naturais e humanas – sempre buscou conexões mais ousadas com outras formas de conhecimento e inovou em seus modos próprios de sistematiza-lo.

Em meio ao seu desejo de saber a filosofia nunca renunciou sua vocação de universalidade. Seu propósito de expansão e diálogo com questões humanas e não humanas quase sempre foram movidas entre dois infinitos – para usar uma metáfora cara de Blaise Pascal (1623-1662) –, entre o infinitamente grande (desconhecido) e o infinitamente pequeno (conhecido), certamente referindo-se à condição de ambivalência entre fragilidade e fortaleza que se lança diante do Homem em doses homeopáticas de ceticismo, revelando aquilo que nos falta compreender entre o que sabemos e o que ignoramos. É nesse ponto intermediário entre dois infinitos que construímos não apenas nossa existência pela angústia do ausente, mas também podemos pautar nossa experiência cognitiva no mundo da natureza e da cultura.

Contraditoriamente, o alargamento e a amplitude da filosofia têm ocorrido face às frequentes ameaças de seu próprio cerceamento e iminente limitação de seus fins, ocorrido em diferentes períodos da história ocidental, sob orientação de poderes totalitários ou de Estados de exceção, da qual o Brasil e tantos outros países foram vítimas. Tal dinâmica de fruição e deslocamentos de todo pensamento livre se assemelha, em certa medida, aos usos da Razão na história, toda vez que esta se encontrou às margens de sua própria destruição. Felizmente todas as tentativas de seu contumaz silenciamento foram em vão, o que não nos permite um sentimento de relaxamento, já que vez por outra políticas de governo negacionistas insistem em levantar suas bandeiras de truculência e inviabilizar qualquer possibilidade de democracia cognitiva.

Felizmente, na maioria das vezes, a filosofia vem se lançando em rotas de fuga e regeneração, mobilizadoras de um saber exogâmico, constituída por meio de zonas de

circunvizinhança, para além do que é familiar e rompendo a obviedade das coisas em sucessivos diálogos transversais, interdisciplinares e até transdisciplinares.

A filosofia não perdeu o vigor que sua etimologia já simbolizava em forma de uma metáfora inexorável, atribuída à Pitágoras, pela qual o filósofo é amigo do saber e, portanto, jamais dono da verdade. Tirania e sabedoria sempre estiveram em lados opostos. Essa contingência permitiu a filosofia trilhar pelo exercício de tolerância epistêmica e democracia cognitiva desde a tenra idade. Desde cedo a filosofia também experimentou a natureza pedagógica dos conceitos, mantendo-se ativa num diálogo sempre relacional com a realidade, em profícua colaboração e reciprocidade com as outras ciências e variadas modalidades de conhecimento, ainda que pré-científicos e pré-filosóficos. A esse respeito, destacam Deleuze e Guattari (1992, p. 57-58):

Pré-filosófica não significa nada que preexista, mas algo que não exista fora da filosofia, embora esta o suponha. São suas condições internas. O não-filosófico está talvez mais no coração da filosofia que a própria filosofia, e significa que a filosofia não pode contentar-se em ser compreendida somente de maneira filosófica ou conceitual, mas que ela se endereça também, em sua essência, aos não-filósofos.

2. Hermetismo Acadêmico e Novas Rotas de Fuga

A discussão em torno de atitudes mais abertas ou mais herméticas do conhecimento povoa nosso imaginário epistêmico há muitos séculos e se confunde com os diferentes percursos que a Razão tomou no ocidente, remetendo inclusive o debate acerca da função e do papel das primeiras Universidades. Certamente, no contexto histórico mais antigo em que situamos tais disputas, essas sequer foram designadas pela tensão mais atual caracterizada de disciplinar-interdisciplinar, em razão de que as disciplinas e os diferentes espaços acadêmicos só tiveram o fluxo de sua aceleração e consolidação no séc. XIX. Portanto, não configuravam, ainda, um fenômeno a ser compreendido no plano próprio do ensino e das atuais configurações didáticas do conhecimento.

O protagonismo desse debate e do espírito filosófico-científico que se desenhará em torno dele terá sua atmosfera mais efervescente na primeira metade desse século XVII. Em grande medida devido às especulações e provocações de um conjunto de pensadores e estudiosos que cresciam em credibilidade e ceticismo, revelando os novos espaços de saber desfamiliarizado com o habitual, por meio de uma configuração geopolítica inovadora, que impulsionou as novas discussões da filosofia e ciência moderna, para além dos muros universitários e, sobretudo, de estudiosos não catedráticos.

A universidade nasce aristotélica, mas sofrerá contestações sistemáticas em séculos posteriores, já observada nos séculos XIV e XV. No entanto, a linguagem do tempo histórico do período renascentista foi precária para lidar com os fenômenos naturais, mesclados ainda ao misticismo e outras tradições que dificultavam ora a compreensão de Aristóteles, ora a sua própria crítica, ainda naquele contexto. Muitos aspectos cruciais por meio da lógica, dos elementos naturais, das técnicas experimentais e matemáticas serão determinantes para a compreensão do início do pensamento moderno. Por isso mesmo a caracterização da Universidade como um espaço acentuadamente aristotélico se fará resistente até o século XVII, quando se acentuam suas críticas mais fecundas em torno de Francis Bacon, Galileu, Descartes, Spinoza e outros menos conhecidos.

O espaço social como condição – senão determinante – pelo menos expressa seu caráter estimulador para diferentes interpretações do conhecimento e de seus “regimes ou políticas de verdade”³. A geografia do conhecimento vinha se revelando também por meio de um domínio político do discurso de autoridade, por parte da igreja e da teologia, do qual se perdia paulatinamente força teórica. O argumento da autoridade se fragilizava e seria inevitável a Universidade – até então encastelada em frias paredes de sua arquitetura medieval – começar a olhar para o mundo em transformações do lado de fora.

Essa ruptura com a exclusividade do olhar catedrático de mentalidade medieval, acentuadamente autocentrado e até introspectivo, permitiu um distanciamento estratégico e oportuno, sinalizando outros espaços institucionais de constituição da verdade e do próprio debate de ideias, em meio aos novos cenários de curiosidade, abertura e o registro de importantes experimentações científicas do séc. XVII, que já revelava uma ambiência típica do espírito burguês da época em rebeldia e transformações.

Essa nova ambiência impulsionada pelo espírito do capitalismo do séc. XVII, levou um conjunto de estudiosos a pensar e experimentar conhecimentos práticos, locais e cotidianos, cravejados por uma incipiente pragmaticidade que clamava o mundo moderno em suas aspirações técnicas, laboratoriais e de ampla experimentação racionais. Destacaram-se também por meio de outras formas de visibilidade ao difundirem seus conhecimentos com canais pouco comuns à tradição catedrática e, portanto, mais abertos que as herméticas paredes universitárias da época.

Todo esse contexto de inovações científicas fez impulsionar vertiginosamente as ciências naturais e a acolhida de suas experimentações se deu paulatinamente no ambiente

³ Se quisermos usar algumas expressões caras à arqueologia do saber e à genealogia do poder, de Michel Foucault, In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

universitário. O mesmo cenário tardou um pouco mais com as ciências sociais e humanas. Nesse contexto do XVII, as ciências do homem sequer foram incipientes. Só no século XVIII elas vêm se reconfigurar ainda de forma embrionária no cenário da epistemologia das ciências. Rousseau – com propósitos bem diferentes de Bacon e Descartes – recorre ao mesmo argumento para buscar um programa de Ciência do Homem, em seus *Devaneios de um Viajante Solitário* e nas *Origens das Desigualdade dos Homens*. Segundo Lévi-Strauss (2013), foi Rousseau quem fundou as bases para a ciência do Homem.

Em diferentes contextos do pensamento científico e filosófico o conceito de linhas de fuga exercita sua função de desterritorialidade ou reterritorialidade. Fato curioso é que no XVII se recorre a uma linha de fuga para romper o império da causalidade aristotélica, com os filósofos chamados de *Novatores*. Já Rousseau, mais de um século depois, recorre aos mesmos argumentos para refutar o peso das ciências naturais, dando acolhimento futuro às primeiras especulações das ciências do Homem. As linhas de fuga revigoram e reflorescem em novos horizontes disciplinares e inumeráveis campos de saber. O mesmo ocorreu no clamor do positivismo e do cientificismo do XIX, quando em meio ao torpor da idade da Razão em que alguns falavam em fim da filosofia, esta se reinventa – feito fênix – à luz de novos conceitos e campos disciplinares, como o foram a filosofia da ciência, a teoria do conhecimento e a própria epistemologia.

Todo o contexto do século XVII - rico em tensões, provocações interinstitucionais, marcadas também pela interseção de saberes em suas oposições e complementaridades, destacando o papel que o debate público ocupou na configuração de sua identidade filosófica - fez, aos poucos, o espírito humano se deslocar em diferentes níveis e intensidades, saindo do pesado argumento da autoridade da teologia e do aristotelismo universitário.

Esses espaços disciplinares vão surgindo aos poucos e com maior frequência em palestras públicas sobre conhecimentos práticos do cotidiano que versavam sobre o interesse da “filosofia natural” ou “filosofia mecânica”, confrontavam os saberes estabelecidos, incorporando novas percepções e perspectivas, em plena interseção e deslocamento de experiências do senso comum. O exemplo disso foi a química que evoluiu da metalurgia artesanal, a botânica ao se desenvolver da atenta observação de práticas de jardinagens e a hidráulica da irrigação de campos agrícolas.

A nova atenção epistêmica era direcionada para fora dos muros acadêmicos em postura investigativa contrária ao hermetismo clerical de uma parte de seus doutos professores universitários e, por vezes, divagando-se ao sabor dos gabinetes de curiosidade e do sentido de vislumbramento que marcou a atmosfera dos Salões, das Academias de Ciências e dos Museus

até chegar de forma mais objetiva na pesquisa experimental em suas fundamentações matemáticas, operacionais e metafísicas. Argumentos de autoridade foram derrubados enquanto monopólios eram contestados ao sabor da insurgente atmosfera de práticas experimentais que influenciaram disciplinas e especializações mundo à fora.

Nascia a era disciplinar com suas próprias tradições, técnicas, campos de aplicação e experimentação, erigida em fortalezas e fronteiras epistêmicas. O universo do cientificismo e da Razão instrumental do XVIII e XIX permitiu, em pouco tempo, a sólida formação de disciplinas acadêmicas, tal como são vistas hoje em escolas e Universidades, dominadas por uma atmosfera de fragmentação e isolacionismo de outras áreas adversas. A disciplinaridade instituiu uma prática hostil de profilaxia cognitiva e taxonomia epistêmica, separando ainda mais os campos de estudos, ora higienizando, ora classificando e impossibilitando suas aproximações conceituais.

3. Insularidade Disciplinar

Passados mais de três séculos pudemos observar na rotina acadêmica de escolas e universidades um *modus operandis* bem mais afeito à fragmentação dos conhecimentos. Segundo Burke (2016, p. 45): “A universidade se transformou em um arquipélago, um conjunto de ilhas intelectuais mais ou menos independentes”. Com estilos de pensamento e linguagens tão herméticas que a simples observação e escuta de um diálogo entre guetos cognitivos diferentes nos exigiriam um esforço de tradução, semelhante ao trabalho de um polímata, uma espécie de erudito, habilidoso em compreender a linguagem de diferentes disciplinas, traçando entre elas uma comunicação mais universal e solidária.

Tomado pelos estudos de geógrafos, Deleuze (2006) chega a divagar entre as metáforas de ilhas oceânicas e ilhas continentais, no sentido de descrever os impulsos que nos levam – como exercício de criação de um pensamento nômade – ora a ilhas desertas e ora a continentes habitados. Ilhado ou agregado, em estado de degredo, feito Robinson Crusóe ou enraizado à civilização, ainda assim os homens necessitam imaginar-se separados para se manterem ativos ao ato criador, quase sempre infiel à tradição. No entanto, não basta reconhecer esse impulso e importância do exílio criativo – tal como o fez brilhantemente Edward Said⁴ (2005), em *Representações Intelectuais* – se continuamos, narcisicamente, desejando manter também o produto de nossa criação em separado.

⁴ Segundo Said (2005, p. 10): “Uma das tarefas do intelectual reside no esforço em derrubar os estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação”.

Trancafiado em compartimentos disciplinares não respiramos o aroma do exílio criador e continuamos obliterados, autômatos em nossa criação, partilhando a familiaridade do mesmo, sem o estranhamento que dá vida a novos territórios conceituais. Como sugeriu Morin (2000, p.16) “é preciso aprender a navegar em um oceano de incertezas em meio a arquipélagos de certeza”.

É claramente predominante o viés disciplinar no meio acadêmico (escolas e universidades), especialmente em espaços e áreas de conhecimento dominados pelo império da ordem e da fragmentação cognitivas, quase sempre avessos às mudanças e ao diálogo com novas composições interdisciplinares. Enquanto Burke (2016, p. 53) se referia a esse universo de “insularidade intelectual”, nós preferimos o termo mais abrangente e coletivizado de insularidade disciplinar, revelando de forma mais explícita a visão monolítica e sedentária de uma cognição atávica, por vezes autossuficiente e solipsista, feito uma ilha que vaga sem conexão com nenhum arquipélago.

A visão meramente dualista entre o disciplinar e o interdisciplinar esconde, na maioria das vezes, um sentido mais profundo de uma falsa oposição, de onde posições radicais de satanização ou divinização pouco ajudam no seu entendimento.

A disciplinaridade – lugar de onde surgem as primeiras tensões epistêmicas – não perde seu vigor de investigação ou se vê subtraída em valor de importância. Tal efeito se reveste tão somente de um novo mito pedagógico que precisamos evitar com certa parcimônia. Primeiramente, é preciso competência disciplinar para ousar superar seus limites e jurisdições cognitivas. Do contrário, só quem habita um plano de total superficialidade em seu saber disciplinar se vê tão confortavelmente ligado e determinado por ele, em atitude meramente reprodutivista e por vezes reducionista.

Em outra perspectiva, que acreditamos ser mais coerente, o horizonte disciplinar e o interdisciplinar não se configuram como instâncias rivais, auto excludentes ou intransponíveis. Ambos retroalimentam diferentes atitudes acerca do conhecimento. Configuram duas competências diferentes em comunicar o conhecimento. Acreditamos que é a condição atávica que torna o viés disciplinar algo empobrecedor. E certamente esse atavismo monolítico e sedentário que deve ser combatido pelo diálogo com a interdisciplinaridade.

O filósofo Hilton Japiassu, na obra *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber* (1976), foi um dos primeiros pensadores brasileiros a ampliar a discussão do tema. Para ele:

O prefixo inter, dentre várias conotações que podemos lhe atribuir, tem o significado de troca, reciprocidade e disciplina, de ensino, instrução, ciência. Logo a interdisciplinaridade pode ser compreendida como um ato de troca, de reciprocidade

entre as disciplinas ou ciências – ou melhor, de áreas do conhecimento. (JAPIASSU, 1976, p. 23)

A pesquisadora Ivani Fazenda também se dedicou ao tema e vem aprofundando o debate há algumas décadas e nos empresta aqui sua linha de compreensão, que julgamos pertinente apresentar:

Interdisciplinaridade é uma relação de reciprocidade, de mutualidade que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente ao problema do conhecimento, ou seja, é a substituição de uma concepção fragmentária para unitária do ser humano. É uma atitude de abertura, não preconceituosa onde todo conhecimento é igualmente importante. Pressupõe uma atitude engajada, um comprometimento pessoal. Atitude feita de curiosidade, de sentido de aventura, de intuição das relações existentes entre as coisas e que escapam à observação comum. A interdisciplinaridade exige uma nova Pedagogia, a da comunicação. (FAZENDA, 1996, p. 58)

É fato inquestionável que o desenvolvimento disciplinar das ciências trouxe avanços na produção e sistematização do conhecimento. Mas também carrega o registro amargo de uma ambiguidade, daquilo que Theodor Adorno se referiu como “progresso-regressivo”, já que o acúmulo de saber produziu outros inconvenientes como a ampla fragmentação e sobreposição de saberes, no mesmo diapasão em que produziu prepotências cognitivas, ignorâncias e cegueiras. A maior crítica à disciplinaridade talvez repouse em um de seus modos de ser, de natureza mais refratária, em sua operacionalidade atávica, de obediência à tradição e destinada ao mero reprodutivismo do conhecimento, como mencionamos mais acima.

Como enfatizou Georges Gusdorf, no prefácio de Japiassu (1976), a interdisciplinaridade tende a se interpor na visão dominante dos especialistas, com objetivo de uma tomada de consciência de seus limites e acolher a reciprocidade das outras contribuições disciplinares.

A fragmentação do conhecimento em posse de uma matriz curricular sedimentada por disciplinas nem sempre atende às exigências da curiosidade epistêmica de crianças e jovens. Por vezes dificulta ao educando a percepção de uma visão mais contextualizada e complexa que lhe permita um melhor encadeamento da realidade.

Há diferentes modos de trabalhar o conhecimento, seu ensino e aprendizagem. Os mais comuns e tradicionais se apresentam na forma linear e disciplinar, quase sempre hierarquizada, afim de exercerem seus domínios na prática educativa. No entanto, há outros modos de pensar e exercitar o conhecimento contrários à linearidade e complementares ao modelo de simplificação. Colocados de forma espiral, horizontal e em circularidade, a interdisciplinaridade tem sido outros modos de diálogo que pretendem aproximar os sujeitos

cognoscentes das questões da vida real e de sua complexidade. Segundo Japiassú (1976, p. 82), “a interdisciplinaridade é algo para ser vivido, enquanto atitude de espírito”, e nem sempre se limita a questões exclusivas do conhecimento, se abrindo a pequenas atitudes da vida humana, atitudes feitas de curiosidade, pelo instinto de aventura e descoberta, em suas relações aparentemente ocultas.

Tal tensão entre o disciplinar e o interdisciplinar provocou em muitos estudos uma reviravolta epistêmica que possibilitou o surgimento de nossas áreas de investigação, como a sociologia do conhecimento e antropologia do conhecimento o que permitiu que a filosofia e outras ciências sociais e humanas dialogassem com novos arranjos do saber.

Cada vez mais evidencia-se a urgência de uma dialogia que soterre por fim o fosso⁵ que continua dilacerado, se abrindo aos nossos pés e afastando radicalmente a cultura científica e a cultura das humanidades, para que possamos construir um platô de novas ressignificações em nome de um pluralismo epistêmico e pontes mais resistentes para a tolerância e democracia cognitiva.

4. Utopia e Ponte entre Duas Culturas

No final do século XX, o famoso Relatório da Comissão Gulbenkian para Reestruturação da Ciências Sociais, foi publicado no Brasil pela editora Cortez, com o título *Para Abrir as Ciências Sociais* (1996). A comissão foi composta por um seleto grupo de notáveis pesquisadores que planejaram um ousado ensaio de recomendações teórico-experimentais que pudesse promover melhor uma interligação entre as ciências naturais e ciências sociais no contexto da sociedade contemporânea.

Composto por seis membros do domínio das ciências sociais, dois das ciências naturais e dois das humanidades, pretendiam construir uma reflexão diagnóstica sobre o estado atual das ciências sociais, suas transformações ao longo do tempo e um prognóstico para as futuras investigações e novas formatações metodológicas. No texto fica evidenciado a urgência na investigação das causas de uma possível falência da estrutura disciplinar existente, seu império da ordem, seu viés monopolista e o horizonte de sua fragmentação.

As ciências sociais constituíram um empreendimento do mundo moderno em desdobramento e coalisão com as ciências da natureza, marcada pela visão newtoniana e cartesiana de mundo durante alguns séculos. Toda ciência passou a ser associada à Ciência da Natureza, colocando sob suspeita todo conhecimento apriorístico. Durante um tempo se

⁵ O fosso a que se refere Charles Snow, na obra *As Duas Culturas* (1993), sobre a separação radical entre literatos e cientistas ou como preferiu chamar de separação entre a cultura das humanidades e a cultura científica.

acentuou o debate interno entre as ciências que deveriam controlar o conhecimento do mundo humano e natural, como se ali estivessem montadas duas trincheiras rivais, em que o *Relatório* (1996) se referiu como “lutas epistemológicas”.

Segundo o *Relatório* (1996), no final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, a Universidade atraiu os estudos experimentais das ciências naturais e inaugurou o antagonismo e a tensão entre Cultura Humana e Cultura Científica. O que mais tarde C.P. Snow (1905–1980) chamaria de “As duas culturas” (1993). Ainda nesse cenário incipiente do estatuto das ciências humanas e sociais, as novas disciplinas sociais surgiram sob o signo do ordenamento empírico, de caráter objetivo e do império da ordem e da classificação. Marcadas pelo peso ora do colonialismo e ora da racionalidade instrumental. A universalização dos critérios de validade científica ganha força e influencia outros conhecimentos em razão da busca por armazenamento, controle, poder e manipulação de informações objetivas.

Acerca da indiferença e hostilidade entre “as duas culturas”, Snow (1993, p.14), destaca um testemunho impactante e oportuno:

Passei muitos dias trabalhando com cientistas para sair depois à noite para me encontrar com colegas das humanidades. E, convivendo nesses dois grupos, estive pensando no problema que, intimamente, chamava muito antes de confiá-lo ao papel com o nome de “as duas culturas”. São dois grupos polarizados antiteticamente: os intelectuais das humanidades em um polo e, no outro, os cientistas. Entre os dois polos, um abismo de incompreensão mútua. Às vezes (especialmente entre os jovens), há ainda hostilidade e antipatia, mas acima de tudo, falta de compreensão recíproca. Os cientistas acreditam que os intelectuais das humanidades são completamente desprovidos de visão antecipatória, que eles vivem singularmente inconscientes de seus irmãos, homens, que estão em um profundo sentido anti-intelectual, ansiosos por reduzir a arte e o pensamento a um momento existencial. Quando não cientistas ouvem sobre cientistas que nunca leram uma obra importante de literatura, eles dão uma risadinha entre zombaria e compaixão. Eles os descartam como especialistas ignorantes.

Esse cenário só tende a se modificar a partir de 1960, quando ocorre uma “virada epistemológica”, onde as ciências naturais acentuam a não-linearidade e a complexidade das novas investigações por meio dos estudos da física quântica. Um fenômeno curioso faz com que as ciências naturais comecem a se aproximar das chamadas *Soft Science* e distanciam-se, paulatinamente, das *Hard Science*⁶.

No lugar do determinismo e da linearidade do modelo cartesiano, surgem novas categorias, como a incerteza, imprevisibilidade, caos, desordem. Aliás, parte dessas categorias

⁶ *Soft science* e *Hard Science* são terminologias antinômicas. A primeira se refere às Ciências Humanas e Sociais. São áreas do conhecimento que lidam com o intangível, como sentimentos, comportamentos e relações entre pessoas e coletivos. A segunda se refere às ciências da natureza, em seu rigor de precisão e objetividade.

originárias da física quântica são recepcionadas por Deleuze e Guattari (1992), atribuindo a esses conceitos uma nova conotação interdisciplinar, aclimatando-os ao cenário mais conjuntivo e dialógico entre filosofia, ciências naturais e ciências humanas. Tal feito incomodou profundamente os cientistas Alan Sokal e Jean Bricmont, dedicando a esses filósofos franceses uma crítica bem deselegante, conhecida na obra *Imposturas Intelectuais. O abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos* (2001).

Desenha-se nesse cenário interdisciplinar um mundo instável, mais complexo, cheio de perturbações, oscilações opostas e simultâneas (partícula e onda) e de novos ordenamentos conceituais que acentuam o colapso da Razão e a desconfiança da imagem do viés disciplinar em seu presunçoso atavismo. Aos poucos tudo vem sinalizando para uma visão não-contraditória dos múltiplos domínios do conhecimento.

Duas outras obras de magnitude interdisciplinar e até transdisciplinar vieram consolidar ainda mais esse fértil cenário epistêmico de colaboração e dialogia entre a cultura das humanidades e a cultura científica, inaugurado pelos estudos da física quântica. Referimo-nos a obra de Ilya Prigogine, escrita em parceria com Isabelle Stengers, *A Nova Aliança* (1991) e de Edward Wilson, *A Unidade do Conhecimento* (1998). Ambos sinalizam para o que se convencionou chamar mais recentemente de paradigma da complexidade, geralmente uma discussão mais ampla e apressadamente atribuída apenas a Edgar Morin. Este, certamente tem sido em sua longevidade⁷ o intelectual que mais tem debatido um conjunto de disciplinas interligadas e a importância dessa tessitura para o debate acadêmico contemporâneo, mas em especial à vida. Bem longe de conhecidos reducionismos e generalizações Morin (2001, p. 564-565), trata do que chamou de conhecimento pertinente:

O princípio de separação não morreu, mas é insuficiente. É preciso separar, distinguir, mas também é necessário reunir e juntar. O princípio de ordem não morreu, é preciso integrá-lo na dialógica ordem-desordem-organização. Quanto ao princípio da redução, encontra-se morto, porque jamais chegaremos ao conhecimento de um todo a partir do conhecimento dos elementos de base. O princípio da lógica dedutivo-identitária deixou de ser absoluto, e é preciso saber transgredi-lo.

Essa aproximação mais amistosa entre as “duas culturas” de Snow, entre a “consiliência” de Wilson ou ainda a “nova aliança” de Prigogine e Stengers, tem se mostrado arrebatadora das novas reflexões epistemológicas atuais, sobretudo permitindo que as ciências sociais deixem de ser vistas por alguns como “primo pobre” no atual estatuto das Ciências,

⁷ Edgar Morin completou, neste ano de 2021, seu centenário de vida e produção intelectual. Certamente um dos mais atuantes teóricos do paradigma da complexidade.

possibilitando um novo revigoramento em meio ao cenário de reconciliação cognitiva. As novas articulações disciplinares apontam também para o desmoronamento de fronteiras cognitivas e que se reconfiguram no plano de antigas fronteiras temáticas, como muitos pensavam – e alguns ainda pensam – como categorias disjuntivas e dicotômicas (cultura e natureza, humanidade e animalidade, razão e mito, etc).

Em todos esses contextos se observa o surgimento de um movimento mais interdisciplinar e transdisciplinar entre as Ciências. Por isso defendemos um melhor conhecimento e debate do *Relatório da Comissão Gulbenkian* (1996) nos meios acadêmicos universitários e centros de pesquisa, independente de suas áreas de atuação, se naturais, sociais ou humanas. Ao final, apontam pelo menos quatro fatores relevantes para abrir as ciências sociais e humanas. São eles: 1. Recusa da distinção ontológica entre Seres Humanos e Natureza (animalidade X humanidade); 2. Recusa do Estado como único balizador e protagonista da Ação Social; 3. As tensões cada vez mais marcantes entre categorias disjuntivas, pensadas agora como conjuntivas (singular e plural, global e local, universal e particular), enfatizando o lema de pensar globalmente para agir localmente; 4. Uma nova objetividade mais adaptada às premissas mutáveis da ciência, em seus novos atores e sujeitos sociais.

Considerações finais

Tanto a interdisciplinaridade como a transdisciplinaridade enquanto horizontes de fuga são vetores transversais que rompem o estatuto do unívoco e permitem que tudo se comunique com tudo, desestabilizando os esquemas preestabelecidos de uma dada disciplina que se via, outrora, como pronta, em seu confortável estatuto de saber cartorial, vangloriando-se da posse de seu título territorial definitivo. O atavismo disciplinar nos transforma em escravos dos territórios e do ilusório poder de vigilância cognitiva que acreditam possuir. A cegueira atávica de alguns vai mais longe quando se colocam voluntariamente como policiais do pensamento, territorializando o conhecimento com jaulas e prisões.

Em perspectiva bem diferente a transversalidade nos coloca diante de forças intempestivas de criação e nomadismo, e que logo necessitarão ser recriadas novamente. Essa força sempre nos seduz e nos arrebatada a outros desertos cognitivos. A disciplinaridade atávica que problematizamos aqui se reveste de um desejo contumaz de permanência, conservação e poder quando a ela se nega sua desterritorialização.

Há, certamente, espaços ainda muito refratários dentro das instituições de ensino, desde o ensino básico ao universitário. Um segmento conservador ainda é muito resistente a tudo que sugere a urgência de transformações radicais, já que possui acentuada fobia de ideias novas. A

disciplinaridade atávica se tornou avessa às mudanças em seu sedentarismo cognitivo. A tomada de consciência que visa profundos abalos sísmico-conceituais exige também uma abertura progressiva ao desconhecido, ao infamiliar, mas sobretudo deve buscar assumir as incertezas como uma espécie de rota de fuga para tudo que é contemporâneo.

Essa predisposição forasteira, nômade e andarilha que queremos demonstrar, caminha em contraposição aos saberes mais sedentários, acostumados à posse de conhecimentos cartoriais, herméticos, que se aclimatam bem ao sabor do poder e da convivência do que lhe é apenas próximo, em zonas de conforto ou em territórios familiares já de longe institucionalizados e organizados endogamicamente. Por essa razão, algumas áreas do conhecimento funcionam à semelhança de feudos, guetos cognitivos, campos de concentração de saber, cuidadosamente cercados por arames farpados, de onde desempenham a supremacia dos seus senhores feudais.

São muitas as razões que levaram pensadores nômades a pensar alternativas viáveis e programáticas para fechar o fosso profundo – ainda aberto – entre as “duas culturas”. Essas iniciativas fizeram crescer a procura e o interesse pela interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. As ações e recomendações epistêmicas são cada vez mais consistentes e tendem a se ampliar em importância, como algumas que sinalizamos aqui em aquiescência com o *Relatório* (1996), a saber, o alargamento do número das instituições (para além do Estado) com convivência cognitiva de pluralidade; a criação de Programas de Pós-Graduação (*lato e strictu*) integrados às investigações transversais que problematize os balizadores de viés tradicional; uma dupla filiação departamental para professores pesquisadores e a conscientização de alunos de mestrado e doutorado na busca de outras filiações disciplinares e cognitivas.

Referências

BURKE, Peter. *O que é História do Conhecimento?* Tradução de Cláudia Freire. São Paulo: UNESP, 2016.

_____. *Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot.* Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BURNET, John. *O Despertar da Filosofia Grega.* Tradução e Mauro Gama. São Paulo: Siciliano, 1994.

DELEUZE, Gilles. “Causas e Razões das Ilha Desertas”. Tradução de Luiz Orlandi. In: *A Ilha Deserta.* São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *O que é Filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FAZENDA, Ivani. *Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia?* São Paulo: Edições Loyola, 1996.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber.* Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem”. In: *Antropologia estrutural dois.* Tradução de Beatriz Perrone-Moisés, São Paulo: CosacNaify, 2013.

MORIN, Edgar. *A Religação dos Saberes.* O Desafio do Século XXI. Jornadas Temáticas idealizadas e dirigidas por Edgar Morin. Tradução de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *O Método 5: A humanidade da humanidade.* Tradução de Juremir Machado. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro.* São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.

PLATÃO. *O Sofista.* Diálogos de Platão. Tradução de Jorge Paleikat e João Cruz Costa. Coleção Abril Cultural. São Paulo: editor Victor Civita, 1972.

PRIGOGINE, Ilya. STENGERS, Isabelle. *A Nova Aliança.* A Metamorfose da Ciência. Tradução de Miguel Faria e Maria Joaquina Machado Trincheira. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

SAID, Edward. *Representações do Intelectual.* As Conferências Reith de 1993. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SNOW, Charles Percy *As Duas Culturas e um Segundo Olhar*: uma versão ampliada das Duas Culturas e a Revolução Científica. Tradução de Renato Rezende Neto e Geraldo Gérson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

SOKAL, Alan. BRICMONT, Jean. *Imposturas Intelectuais*. O Abuso da Ciência pelos Filósofos Pós-Modernos. Tradução de Max Altman. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel (et al). *Para Abrir as Ciências Sociais*. Relatório da Comissão Gulbenkian sobre a Reestruturação das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1996.

WILSON, Edward. *A Unidade do Conhecimento*. Consiliência. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

Recebido em: 20/09/2021

Aprovado em 05/11/2021